

II.10.9 PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS)

II.10.9.1 Apresentação e Justificativa

O Programa de Comunicação Social (PCS) é um importante instrumento de viabilização do processo de implantação e gestão ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes e/ou de grande porte, pois, além de criar canais de diálogo entre o empreendedor e os diferentes atores sociais envolvidos, fornece suporte informativo e esclarecedor aos demais projetos e planos ambientais.

Desta forma, visa divulgar informações qualificadas de forma a garantir o correto entendimento dos impactos sobre a vida dos diferentes grupos afetados, enfatizando as razões pelas quais isto ocorre e os direitos que lhes correspondem. Ressalta-se que a transparência das informações visa não criar, em momento algum, falsas expectativas. Esta comunicação é importante para sustentar uma relação positiva entre as operadoras e os grupos de interesse.

Este documento apresenta o Projeto de Comunicação Social a ser desenvolvido no âmbito do processo de licenciamento ambiental das atividades de perfuração marítima exploratória dos blocos FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125, FZA-M-127, FZA-M-59 e FZA-M-90 da Bacia da Foz do Amazonas, de acordo com o Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA n° 23/2014.

II.10.9.2 Objetivos, metas e indicadores

O objetivo geral deste Projeto de Comunicação Social é de estabelecer um canal de comunicação aberto e contínuo entre a operadora e a sociedade, de forma a esclarecer as características específicas da atividade de perfuração.

Os objetivos específicos que fundamentam este PCS são:

- Estabelecer uma identidade visual que relacione a operadora, a atividade e o PCS¹;
- Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas a partir da lista dos grupos de interesse identificados durante o diagnóstico, estabelecendo as inter-relações existentes (parcerias, cooperações e conflitos);
- Manter atualizada a gestão da comunicação quanto às partes interessadas envolvidas com a atividade ao longo da implementação do projeto;
- Desenvolver e implementar diferentes instrumentos de divulgação presencial e eletrônico, a saber: boletins informativos impressos, reuniões (setoriais e semestrais), abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel (em atendimento ao PAR 219/16), contato direto, ráiodifusão e correio eletrônico no intuito de informar às partes interessadas sobre as características específicas do empreendimento e as medidas a serem adotadas para mitigar e controlar os perigos e os impactos efetivos e potenciais da atividade dentro do contexto do licenciamento ambiental;
- Mapear, identificar e catalogar as informações referentes às embarcações pesqueiras atuantes na região da atividade de perfuração;

¹A Identidade visual é o conjunto de elementos que possibilita representar de forma visual e sistematizada, um nome, uma ideia, um programa, um empreendimento, uma empresa, ou serviço. Se expressa através de elementos simbólicos e conjunto de cores passando a proposta ou finalidade do que se quer apresentar.

- Informar os pescadores sobre a previsão de restituição por danos fortuitos e/ou a restrições temporárias de qualquer natureza à pesca;
- Estabelecer, divulgar e manter um canal de comunicação direto entre a operadora e as partes interessadas;
- Avaliar a implementação do PCS.

As metas e indicadores relacionados aos objetivos específicos estão apresentados na Quadro II.10.9.2-1.

Quadro 10.9.2-1– Objetivos, metas e indicadores correlacionados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
Estabelecer uma identidade visual que relacione o empreendimento, a atividade e o PCS.	Criar uma identidade visual que identifique o projeto antes do início do PCS.	Identidade visual criada.
Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas a partir da lista dos grupos de interesse identificados durante o diagnóstico, estabelecendo as inter-relações existentes (parcerias, cooperações e conflitos)	Desenvolver uma Matriz de Partes Interessadas antes da realização da Audiência Pública e atualizar após cada reunião semestral.	Número de atualizações na Matriz de Partes Interessadas comparado ao número de reuniões realizadas
Manter atualizada a gestão da comunicação quanto às partes interessadas envolvidas com a atividade ao longo da implementação do projeto.	Elaborar lista de partes interessadas da Área de Influência e atualizar antes da Audiência Pública e após cada reunião semestral.	Número de atualizações na lista de partes interessadas da Área de Influência. Número de partes interessadas listadas em cada atualização.
	Elaborar lista de partes interessadas da Área de Estudo e atualizar antes da Audiência Pública e após cada reunião semestral.	Número de atualizações na lista de partes interessadas da Área de Estudo. Número de partes interessadas listadas em cada atualização.
Desenvolver e implementar diferentes instrumentos de divulgação presencial e eletrônico, a saber: boletins informativos impressos, reuniões (setoriais e semestrais); abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel (em atendimento ao PAR 219/16); contato direto; rádiodifusão e correio eletrônico no intuito de informar às partes interessadas sobre as características específicas do empreendimento e as medidas a serem adotadas para mitigar e controlar os perigos e os impactos efetivos e potenciais da atividade dentro do contexto do licenciamento ambiental.	Realizar reuniões setoriais pré-audiência.	Número de reuniões setoriais realizadas.
		Número de participantes.
		Número de atas e listas de presença apresentadas ao IBAMA por reunião.
	Realizar reuniões informativas em até um mês antes do início e até um mês depois da finalização da atividade.	Data das reuniões informativas realizadas
		Número de participantes
	Realizar reuniões semestrais.	Número de reuniões semestrais realizadas.
Número de participantes. Número de atas e listas de presença apresentadas ao IBAMA por reunião.		

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
	Realizar abordagem direta com as embarcações industriais de espinhel (em atendimento ao PAR 219/16)	Número de abordagens diretas realizadas.
		Número de embarcações e pescadores abordados.
		Número de listas de identificação de embarcações e pescadores apresentadas ao IBAMA por campanha de abordagem direta.
	Elaborar e distribuir Boletins Informativos impressos para o grupo de interesse da Área de Influência.	Número de vias de cada versão do Boletim Informativo impresso e distribuído para o grupo de interesse da Área de Influência.
	Divulgar o conteúdo dos Boletins Informativos por correio eletrônico para o grupo de interesse ampliado (Área de Estudo).	Número de e-mails (correio eletrônico) enviados com o conteúdo dos Boletins Informativos para o grupo de interesse ampliado (Área de Estudo).
	Produzir e veicular <i>spots</i> de rádio para serem utilizados no rádiodifusão.	Número de <i>spots</i> de rádio veiculados, com comprovação.
Mapear, identificar e catalogar as informações referentes às embarcações pesqueiras atuantes na região da atividade de perfuração	Realizar abordagens com todas as embarcações avistadas na região da atividade de perfuração	Número de abordagens realizadas.
		Porcentagem de embarcações avistadas abordadas.
Informar os pescadores sobre a previsão de restituição pelos danos causados a petrechos de pesca.	Comunicar os pescadores, sobre o tempo de andamento do processo de restituição pelos danos causados a petrechos de pesca.	Porcentagem de abordagens onde a comunicação sobre indenizações foi realizada.
	Informar periodicamente (mínimo uma semana) como anda o processo indenizatório.	Registro de incidentes com barcos e/ou petrechos de pesca.
		Número de informações dadas.
Estabelecer, divulgar e manter um canal de comunicação direto entre a operadora e as partes interessadas.	Instalar e divulgar uma linha telefônica gratuita (habilitada para receber chamadas a cobrar) e correio eletrônico antes da realização da primeira reunião pública.	Data de instalação e divulgação da linha telefônica gratuita e do correio eletrônico.
		Número de solicitações recebidas pelos canais de comunicação diretos.
	Responder todas as solicitações realizadas pelos canais de comunicação.	Percentual de solicitações respondidas.
Avaliar a implementação do PCS	Analisar a avaliação dos participantes após cada reunião pública.	Número de avaliações recebidas e análises realizadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
	Avaliar semestralmente as ações realizadas, o público atendido e as melhorias propostas.	Número de avaliações semestrais realizadas.

II.10.9.3 Público-alvo

O Projeto de Comunicação Social tem como público-alvo os grupos de interesse identificados na Área de Influência e atualizados ao longo da implementação do projeto, que representam os atores sociais, tais como: órgãos públicos, colônias, sindicatos de pesca e associações pesqueiras, instituições de meio ambiente e turismo, comunidade científica, setor empresarial, sociedade civil organizada entre outros. A listagem dos grupos de interesse da Área de Influência, identificados a partir das informações levantadas em atendimento ao item II.6 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico do Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas, está apresentada no Anexo II.10.9.3.1 deste PCS. Ressalta-se que a lista encontra-se atualizada com os contatos obtidos durante a realização das reuniões setoriais e das audiências públicas, incorporando-se ao público alvo do PCS as entidades do município de Santana e as entidades representativas da pesca dos municípios de Bragança e Augusto Corrêa, devida a abordagem específica aos pescadores que atuam em regime industrial na região.

Em atendimento ao TR, destaca-se que a ação de divulgação através de correio eletrônico, descrita adiante no subitem e) do item Metodologia, se estende aos atores sociais identificados na Área de Estudo. O Anexo II.10.9.3.2 apresenta a lista de contatos para correio eletrônico com um grupo de interesse ampliado, abrangendo a Área de Estudo. Ressalta-se que constam nesta lista somente aqueles que possuem correio eletrônico.

II.10.9.4 Metodologia e Ações Previstas

O papel da comunicação vai além de um processo linear de transmissão de informações. Sua redefinição dentro da estrutura social permite que a mesma dialogue com outras áreas do conhecimento identificando-a como um fenômeno social. Desta forma, de acordo com Fígaro (2010, p.11):

“Pensar a comunicação a partir da recepção permite entender o papel dos meios de comunicação na vida da sociedade contemporânea, como eles atuam no cotidiano dos grupos sociais, nas diferentes comunidades e culturas. Possibilita sair da posição emissor todo-poderoso versus receptor passivo, ou, por outro lado, emissor neutro versus receptor/consumidor todo-poderoso.”

Neste sentido, o PCS tem a intenção de criar espaços comunicativos, onde diferentes instrumentos e estratégias serão desenvolvidos. Efetivamente, tais instrumentos atuarão em rede de articulação formando uma unidade. Tais instrumentos privilegiarão uma comunicação social mais interativa onde o público-alvo também será o sujeito comunicativo, retroalimentando as informações. Assim, o PCS toma como base os ecossistemas comunicativos (FÍGARO, 2010), uma denominação dada ao ambiente de comunicação que possui diferentes estratégias de input e output de informação, onde os espaços presencial e virtual sejam complementares. Tal proposição se justifica por criar uma comunicação descentralizada e com estratégias focadas na transversalidade com a educação, tornando-a, desta forma, difusa (SOARES, 2003).

De forma complementar, o Projeto de Comunicação Social estabelecerá um espaço para o inter-relacionamento entre as operadoras e as partes interessadas utilizando-se de estratégias de educação e comunicação, visto que, de acordo com Freire (1988, p. 69), “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação do significado”.

Assim, a comunicação assume função estratégica e a significação do significado poderá ser, neste PCS, sustentada por intermédio de mediadores tecnológicos, tais como internet, rádio, material impresso entre outros, além da aplicação de técnicas participativas de dinâmicas de grupo durante as reuniões onde o público-alvo também será o sujeito interlocutor da informação.

A seguir é apresentado o desenho do Ecossistema Comunicativo atendendo às especificações do Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 23/2014 e aos preceitos de Comunicação Social preconizados em diretrizes legais e teóricas (Figura II.10.9.4.1).

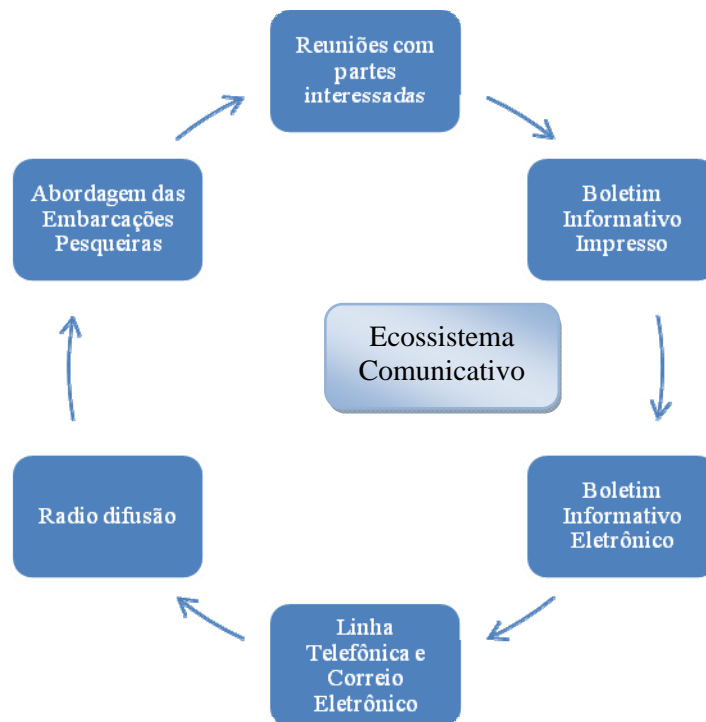


Figura II.10.9.4.1– Ecossistema Comunicativo do PCS.

O Ecossistema Comunicativo será desenvolvido a partir da proposição de uma base dialógica entre a operadora e os grupos de interesse, como ilustra a Figura II.10.9.4.2. A transparência informativa cria um ambiente de confiabilidade entre as partes, facilita o diálogo e minimiza possíveis conflitos. Salienta-se que esta metodologia considera as especificidades regionais e locais das comunidades, tais como: diferentes níveis de escolaridade, predomínio da comunicação oral e visual, grau de apropriação de mensagem, entre outros.

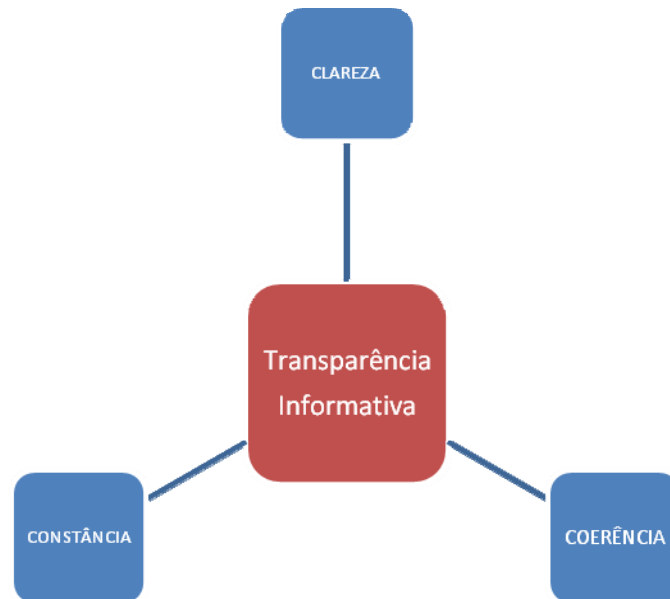


Figura II.10.9.4.2– Base dialógicas entre a operadora e os grupos de interesse do PCS.

A seguir são detalhados os instrumentos de divulgação propostos em atendimento ao TR, a saber: a) reuniões, b) boletins informativos impressos, c) Abordagem direta as embarcações industriais de espínhel; d) contato direto, e) rediodifusão, f) correios eletrônicos.

a) Reuniões

Serão desenvolvidas reuniões com as partes interessadas com diferentes enfoques e periodicidades, buscando a instrumentalização da participação popular, a saber: I) Reuniões setoriais Pré-Audiência Pública; II) Reuniões Informativas sobre o início e fim da atividade; e III) Reuniões semestrais para apresentação de resultados dos programas ambientais, as quais são apresentadas a seguir.

I) Reuniões Setoriais Pré-Audiência Pública

As reuniões setoriais serão conduzidas a partir de comunicação dialógica, apresentando-se o empreendimento, suas atividades e medidas de mitigação e controle, divulgando o canal de comunicação direto, bem como todo o processo de licenciamento ambiental da atividade. As reuniões setoriais auxiliarão na identificação das expectativas em relação à operadora e à atividade assim, viabilizarão a atualização da Matriz de Partes Interessadas. Para tanto, serão adotadas estratégias que permitam a troca de informação através de dinâmicas de grupo que criarão um ambiente acolhedor e motivador.

Essas reuniões serão promovidas antes da realização da Audiência Pública agrupando os interessados localizados na Área de Influência, conforme apresentado no item II.6 – Diagnóstico do Meio Socioeconômico do Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas, a saber: instituições governamentais, setor empresarial, organizações da sociedade civil ligadas ao meio ambiente, organizações da sociedade civil ligadas à pesca e instituições de pesquisa.

Aos municípios da Área de Influência acrescentam-se aqueles onde for solicitada a realização de Audiência Pública como parte do processo de licenciamento ambiental. As reuniões de cada setor serão distribuídas por município, devido às questões logísticas que dificultam o transporte intermunicipal e interestadual.

As atividades estruturadoras previstas para a realização de cada Reunião Setorial são:

- Planejamento;
- Divulgação e Mobilização;
- Produção e implementação da reunião e;
- Avaliação da reunião.

Os locais de realização das reuniões setoriais serão pré-acordados com as lideranças locais. Devem ter infraestrutura adequada, tais como: mesas e cadeiras, pontos de energia, entre outros.

Foram realizadas 58 reuniões setoriais entre 24 de novembro e 04 de dezembro de 2016 e 16 entre 20 de junho e 20 de julho de 2016. Os resultados foram apresentados a CGPEG/IBAMA através das correspondências 0287-15 FDA-HSE e 0171-16 FDA-HSE, em 22 de dezembro de 2015 e 26 de julho de 2016, respectivamente.

II) Reuniões Informativas sobre o início e o fim da atividade

Duas reuniões informativas com os grupos de interesse da Área de Influência serão realizadas para fins de divulgação das informações referentes à atividade, sendo uma antes do início e outra ao fim da atividade. O objetivo destas reuniões é de apresentar as informações de forma clara e objetiva para todo o público interessado. Durante a primeira reunião, que será realizada em até um mês antes do início da atividade, serão apresentados: a descrição da atividade, os aspectos ambientais da Área de Influência, os impactos ambientais efetivos e potenciais, as medidas ambientais aplicáveis a estes impactos e a legislação relacionada à atividade, atualizados após a Audiência Pública e aos pareceres técnicos do IBAMA.

A segunda será realizada em até um mês após a finalização e desativação da atividade, quando serão apresentados os resultados da atividade e dos projetos e planos ambientais implementados. As perspectivas de continuação da atividade devem ser divulgadas, caso existam.

Ressalta-se que será realizada pelo menos uma reunião em cada município da Área de Influência, por questões logísticas que dificultam o transporte intermunicipal. Quando houver dentro do município partes interessadas situadas fora da localidade onde ocorrerá a reunião informativa, será providenciado pela operadora um meio de transporte. Assim como definido para as reuniões setoriais, as instituições governamentais da esfera estadual do Pará serão convidadas para a reunião em Belém. As instituições federais serão convidadas para as reuniões no Macapá e Belém, podendo optar em qual destas irão participar. Sendo que estas partes interessadas, quando situadas fora do município em que ocorrerá a reunião, farão uso de meios próprios para o deslocamento. Estima-se um período de até três horas para cada reunião. Está previsto um lanche básico (café, biscoitos e água). Os locais das reuniões serão definidos a partir da identificação de espaços disponíveis e adequados nos municípios para estes eventos, podendo ser estabelecidas parcerias entre o PCS e as instituições locais para a cessão de local.

As atividades estruturadoras previstas para a realização de cada Reunião Informativa são:

- Planejamento;
- Divulgação e Mobilização;
- Produção e implementação e;
- Avaliação da reunião.

III) Reuniões Semestrais para apresentação de resultados

Serão organizadas, produzidas e apresentadas reuniões públicas semestrais abertas aos grupos de interesse da Área de influência enquanto durar a atividade de perfuração onde serão apresentados os resultados dos projetos e planos ambientais desenvolvidos durante a atividade e as informações identificadas como mais importantes através dos questionamentos e solicitações recebidos pelos canais de comunicação diretos.

Estas reuniões terão no máximo 3 (três) horas e contarão com uma apresentação oral sobre o processo de licenciamento ambiental e a atividade. Os participantes terão momentos para perguntas e trocas entre si e com o expositor. Para isso, está previsto um lanche básico – café, biscoitos e água – e o local com infraestrutura com pontos de luz, cadeiras e mesas. Os locais de realização das reuniões serão pré-acordados com as lideranças locais. Quando houver dentro do município partes interessadas situadas fora da localidade onde ocorrerá a reunião semestral, será providenciado pela operadora um meio de transporte. Como ocorrerão mais de uma reunião informativa no estado do Pará, as instituições governamentais da esfera estadual do Pará serão convidadas para a reunião em Belém. As instituições federais serão convidadas para as reuniões em Macapá e Belém, podendo optar em qual destas irão participar. Sendo que estas partes interessadas, quando situadas fora do município em que ocorrerá a reunião, farão uso de meios próprios para o deslocamento.

Atividades estruturadoras:

- Planejamento;
- Divulgação e Mobilização;
- Produção e implementação da reunião e;
- Avaliação da reunião.

O processo de mobilização do público para todas as reuniões (setoriais, semestrais e informativas) será formalizado através de convite às instituições pertencentes aos grupos de interesse enviado pelo correio com Aviso de Recebimento e/ou através de correio eletrônico com resposta padronizada assinada com confirmação de recebimento. Reitera-se, contudo, que a partir do diagnóstico socioeconômico realizado, identificou-se que em vários municípios a correspondência é entregue na agência de correio pela dificuldade de acesso a alguns lugares e comunidades. Entende-se que outras estratégias deverão ser implementadas, tais como a entrega do convite em mãos e a utilização de rádios locais.

Todas as reuniões serão documentadas através de atas ou relatoria lavrada em tempo real, a qual deverá ser assinada por representantes dos grupos de interesse presentes. Acrescenta-se enquanto evidência as listas de presença com nome, instituição, profissão, CPF e contato dos participantes. Todos os documentos serão encaminhados à CGPEG/IBAMA. Ao final de cada reunião, os participantes avaliarão a mesma, o seu conteúdo e as atividades, no intuito de identificar as melhorias a serem realizadas.

a) Boletins Informativos Impressos

Como estratégia de comunicação informativa, serão produzidos Boletins Informativos, sendo a primeira versão distribuída durante a reunião setorial que antecede a Audiência Pública e as demais a cada seis meses enquanto durar a atividade, na mesma época da realização das reuniões públicas semestrais.

O formato do Boletim Informativo será adequado às informações a serem divulgadas com apresentação das mesmas com linguagem simples e de forma ilustrativa. A primeira versão conterá informações referentes à descrição da atividade, os aspectos ambientais da Área de Influência, impactos ambientais efetivos e potenciais, medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos e a legislação relacionada. As demais versões apresentarão os resultados dos projetos e planos ambientais desenvolvidos durante a atividade e as informações identificadas como mais importantes através dos questionamentos e solicitações recebidos pelos canais de comunicação diretos, além de incorporar eventuais alterações no estudo ambiental após a realização da Audiência Pública ou emissão da licença.

Serão enviadas cinco cópias dos boletins para cada instituição. No caso das entidades de pesca, serão enviadas dez cópias para cada, para que os mesmos possam ser fixados em pontos de desembarque pesqueiro. Cópias adicionais serão enviadas se solicitado por alguma instituição.

O conteúdo e formato dos boletins informativos utilizados nas reuniões setoriais foram apresentados a CGPEG/IBAMA ainda na fase de aprovação do Estudo de Impacto Ambiental, em 28 de outubro de 2015, através da correspondência 0246-15 FDA-HSE. O boletim informativo revisado foi protocolado na CGPEG/IBAMA, assim como as demais peças de comunicação utilizadas durante as Audiências Públicas, através da correspondência 0158-16 FDA-HSE em 06 de julho de 2016. Um novo boletim informativo está sendo protocolado juntamente com a resposta ao Parecer N° 55/17.

b) Abordagem direta as embarcações industriais de espinhel (em atendimento ao PAR 219/16)

Serão realizadas abordagens e identificação de embarcações dedicadas à pesca com espinhel horizontal e/ou linha de mão, espinhel vertical e/ou covos nos portos das sedes municipais nos municípios de Belém, Augusto Corrêa e Bragança, no Pará. Esta identificação será realizada no momento da abordagem pelo Técnico de Campo em ficha específica identificada pelo porto onde estará sendo realizada a abordagem. Nesta constarão informações sobre: i) embarcação: aparelho utilizado, origem, aqueação bruta, espécie alvo, número de tripulantes, inscrição na marinha e RGP; e ii) identificação da tripulação: nome, posto, origem, especialidade de pesca, regime de trabalho.

As tripulações de tais embarcações receberão da equipe de comunicação o boletim informativo e informações orais, que abordarão, entre outras questões: as características do empreendimento, seus impactos ambientais, os riscos associados à pesca de plataforma e o canal de comunicação direto com a operadora.

O momento do ano para a realização das abordagens foi definido considerando a abertura e encerramento das pescarias de espinhel vertical e/ou covos e o período de safra dos recursos explorados pelas frotas de espinhel horizontal e/ou linha de mão, a saber: espinhel horizontal e/ou linha de mão ocorrendo de novembro a maio; e espinhel vertical e/ou covos ocorrendo de maio a dezembro. As abordagens serão realizadas paralelamente as reuniões informativas de início e término da atividade (previstas para dezembro de 2016 e dezembro de 2018, respectivamente) e as reuniões semestrais (previstas para junho e dezembro de 2017 e junho de 2018). De forma a alcançar um maior número de embarcações da frota de espinhel horizontal e/ou linha de mão, serão realizadas abordagens diretas também nos meses de março de 2017 e 2018. O Quadro II.10.9.4.1 ilustra a atuação das frotas de pesca industrial operantes na área dos blocos ao longo do ano e os momentos de realização das abordagens diretas em paralelo às reuniões previstas neste PCS e as adicionais. O Cronograma físico do PCS é apresentado adiante no subitem II.10.9.9.

a) Contato direto

Canais de comunicação diretos serão estabelecidos para garantir o atendimento ao público, incluindo dúvidas, reclamações, sugestões, entre outros. Também servirão para receber os eventuais pedidos de restituição e encaminhamento de documentação dos pescadores, por exemplo. Estes canais consistirão em uma linha telefônica (para discagem direta gratuita ou habilitada para receber chamadas a cobrar) e correio eletrônico, que serão divulgados no material impresso e durante as reuniões.

Todos os contatos recebidos pelos canais serão registrados em ficha de atendimento padrão e repassados ao responsável pela resposta. Estas serão registradas na mesma ficha e encaminhadas pelo meio de comunicação escolhido pela pessoa que realizou o contato. Uma análise das comunicações realizadas será feita com frequência mínima de três meses, para garantir a melhoria da comunicação.

O contato direto com as embarcações pesqueiras está apresentado no item f) Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira, adiante.

b) Radio-difusão

A comunicação via rádio é uma importante ferramenta de divulgação a ser utilizada de forma diferente ao longo da implementação do PCS.

As rádios de abrangência local identificadas no diagnóstico do meio socioeconômico serão utilizadas para a divulgação de local, data e hora das audiências públicas e das reuniões semestrais, sendo veiculados spots diários durante uma semana antes da data das reuniões semestrais em horários alternados. Sugere-se que não seja utilizada rádio-difusão para divulgação das demais reuniões para o convite ser focado nas partes interessadas objeto dos encontros.

As rádios ouvidas pelos pescadores serão utilizadas para comunicados específicos sobre os períodos de execução da atividade e as restrições a outras atividades, especificando a área desta restrição. Como o público-alvo deste comunicado são os pescadores e demais usuários do espaço marinho, os spots deverão ser veiculados nos horários de maior audiência deste público.

Caso seja necessário realizar um comunicado para a população em geral sobre a atividade, deverão ser utilizadas todas as rádios identificadas, no intuito de alcançar a maior parcela da população local.

O texto para rádio-difusão está sendo protocolado nesta CGPEG/IBAMA juntamente com a resposta ao Parecer N° 55/17

c) Lista de contatos para correio eletrônico

No intuito de alcançar um grupo de interesse ampliado, será elaborada uma lista de contatos de correio eletrônico que abrange as partes interessadas identificadas em toda a Área de Estudo. Contudo, segundo o diagnóstico socioeconômico, a maior parte das entidades identificadas não possui correio eletrônico, não sendo utilizado este meio de comunicação com frequência. Desta forma, entende-se que esta comunicação será direcionada às entidades formais existentes, que possuam correio eletrônico.

Esta lista será utilizada para envio do conteúdo do Boletim Informativo, assim atingindo toda a região estudada.

O Anexo II.10.9.3.2 apresenta a lista de contatos para correio eletrônico. Esta deverá ser atualizada após cada reunião, com a inclusão ou exclusão de contatos devidamente documentada e notificada ao IBAMA. Em atendimento ao Parecer Técnico 219/16, a lista foi atualizada incluindo endereços eletrônicos de partes interessadas enviadas pelos IBAMA. Esta lista também foi atualizada incluindo endereços obtidos durante a realização das reuniões setoriais e das audiências públicas.

d) Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira

O Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira é uma ação do PCS direcionada especificamente aos pescadores, onde através do contato direto com a embarcação pesqueira, serão levantadas as informações pertinentes sobre a atividade pesqueira realizada na região dos blocos da atividade de perfuração.

Rádio ou megafone serão utilizados para realizar o contato com a embarcação pesqueira, quando o responsável fará perguntas a quem atender a chamada, seguindo a Ficha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras apresentada no Anexo II.10.9.4-3. Esta foi elaborada com base na ficha disponível no site do IBAMA, tendo sido adequada de forma a atender aos requisitos do TR. Essa abordagem visa também alertar os pescadores sobre as restrições a outras atividades no entorno das instalações e dentro dos limites da área restrita, e passar as informações sobre os cuidados para a navegação no entorno da unidade de perfuração e o período no qual a atividade pesqueira não poderá ali ocorrer.

Apesar de o TR orientar que o contato seja feito por uma pessoa a bordo de cada embarcação de apoio, com base na experiência em atividades desta natureza, em que as tripulações das embarcações de apoio são substituídas com frequência, sugere-se que a comunicação seja feita por profissionais a bordo da unidade de perfuração para garantir a qualidade da comunicação e a continuidade do projeto. Estes profissionais deverão ter boa comunicação em português e experiência com pesca, para facilitar a comunicação com os pescadores, e passarão obrigatoriamente por uma capacitação ministrada pela equipe de comunicação social para garantir a eficiente comunicação e levantamento das informações.

De acordo com o Termo e Referência, as informações levantadas serão organizadas em um banco de dados, com acesso aberto, que será padronizado em conjunto com a CGPEG/IBAMA e em mapas com as informações georreferenciadas, quando possível.

Em cada abordagem realizada, serão informados os procedimentos para restituição a eventuais danos causados a petrechos de pesca devido à atividade de perfuração. Caso ocorra algum incidente envolvendo os petrechos, o profissional responsável pela comunicação com as embarcações de pesca fará o registro do ocorrido, incluindo as informações exigidas pela operadora para dar início ao processo de requerimento de possíveis danos. O processo será acompanhado pelo PCS através dos canais de comunicação diretos (telefone e e-mail), onde serão recebidos os pedidos formais, os documentos necessários.

II.10.9.5 Atendimento a Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos

O PCS baseia-se na Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 e na NBR ISO 14.001 (1996), que dispõe sobre a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. De acordo com esses fundamentos, todo o trabalho de comunicação deverá adotar as seguintes premissas:

- Todo e qualquer cidadão deve ter acesso à informação e o direito de emitir opiniões sobre o empreendimento, individualmente ou através das diversas formas de associação e representação coletiva previstas em Lei;
- Toda e qualquer informação disponibilizada sobre o projeto deve ser clara, objetiva, inteligível, verdadeira e de fácil acesso para qualquer segmento da sociedade;
- Todo e qualquer canal de comunicação deve prever as formas para coleta e encaminhamento da opinião dos diversos segmentos da sociedade, sejam eles diretos ou indiretos, de acordo com as necessidades específicas dos públicos de relacionamento e garantir o adequado retorno às partes interessadas;
- O fluxo de comunicação deve ser registrado e estar documentalmente disponível para consultas a qualquer tempo, presente ou futuro.

O projeto está em consonância com a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, art. 225 e atende ao Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 23/2014.

II.10.9.6 Inter-relação com outros Projetos

O PCS se relaciona com os seguintes projetos ambientais, por possuírem interação com as partes interessadas: Projeto de Monitoramento de Praias; Projeto de Controle da Poluição (PCP); Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT).

O PCS deverá receber informações pertinentes dos demais projetos ambientais para serem divulgadas ao longo da sua implementação.

II.10.9.7 Responsável pela Implementação do Programa

O responsável legal pela implementação do Projeto de Comunicação Social é a operadora.

II.10.9.8 Sistemas de Registros

Os registros de implantação do Projeto de Comunicação e Social serão relatórios semestrais de avaliação e acompanhamento em Relatório Consolidado Final. Os relatórios deverão conter os seguintes itens comprobatórios de atividades realizadas:

- Atas de reunião;
- Listas de presença de reuniões;
- Fichas de atendimento;

- Registro Fotográfico de reuniões;
- Material informativo e de divulgação;
- Planilhas de distribuição de material informativo e divulgação, com quantidade e público-alvo atendido.

II.10.9.9 Cronograma Físico (referência – período de perfuração)

O Quadro II.10.9.9 apresenta o cronograma físico do PCS.

II.10.10 Referências Bibliográficas

EBRAICO, Paula Rubea B. M. 2003. **O diálogo com grupos de interesse (stakeholders) na indústria de petróleo e gás.** Disponível em: <http://www.anp.gov.br/CapitalHumano/Arquivos/PRH21/PAULA-RUBEA-B-M-EBRAICO_PRH21_UFRJ_G.pdf>. Acesso em dezembro, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

FÍGARO, Roseli. Comunicação/educação: campo de ressignificação das tecnologias de comunicação. In: **Comunicação & Educação.** São Paulo: CCA/ECA/USP, ano XV, n. 3, pp. 7-15, set./dez. 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Caminhos da Educomunicação na América Latina e nos Estados Unidos.** Agenda do Educom. rádio, n.1, São Paulo, 9 a 16 set. 2003.